



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0014232-17.2013.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Nulidade / Inexigibilidade do Título**
Requerente: **Valentim Rossi**
Requerido: **Itaucard Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter financiado junto ao réu a compra de uma motocicleta, quitando regularmente as parcelas devidas.

Alegou ainda que não obstante foi surpreendido com a inscrição de seu nome perante órgãos de proteção ao crédito sob a justificativa de que a prestação de número 26 estaria em atraso.

Salientou que manteve contato com o réu informando a ocorrência de tal pagamento, mas a negativação persistiu.

Almeja ao recebimento de indenização para reparação dos danos morais daí decorrentes.

Os documentos de fls. 12/13 atestam que a negativação do autor derivou de débito no importe de R\$ 236,00, cujo vencimento aconteceu em 30 de maio de 2013.

Todavia, os documentos de fl. 15 demonstram que tal dívida fora regularmente saldada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Por outro lado, o réu em contestação (fls. 49/58) não se pronunciou especificamente sobre os fatos trazidos à colação pelo autor e tampouco sobre os documentos que instruíram a petição inicial, sobretudo os anteriormente especificados.

Apenas a fls. 85/86 ele teceu considerações sobre o pagamento do débito, mas seus argumentos no particular não podem ser aceitos porque se operou a preclusão para que suscitasse a controvérsia.

Ainda que assim não se entendesse, porém, de igual modo não haveria lastro a sustentar a legitimidade da negativação do autor.

Isso porque ao contrário do assentado na peça de resistência o documento de fl. 15 basta para a comprovação satisfatória de que a dívida foi saldada, esgotando o autor os recursos disponíveis para demonstrá-lo.

Concretamente o réu não apresentou dado objetivo que despertasse suspeita sobre a credibilidade que deveria merecer aquele documento e muito menos amealhou sequer indício de que lhe tivesse incorrido o repasse da importância pertinente, o que de resto seria indiferente ao autor, podendo o réu nesse caso regressivamente demandar contra quem porventura deu causa à suposta falha.

Em suma, o autor comprovou a inexistência do débito que propiciou sua negativação, o que por si só basta à configuração de danos morais passíveis de ressarcimento consoante pacífica jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

“Consoante jurisprudência firmada nesta Corte, o dano moral decorre do próprio ato lesivo de inscrição indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela autora, que permite, na hipótese, facilmente presumir, gerando direito ao ressarcimento” (REsp 679.166/MT, Rel. Min. **JORGE SCARTEZZINI**).

“Em se tratando de cobrança indevida, de rigor o reconhecimento de que a inscrição do nome do apelante no rol dos inadimplentes foi também indevida, daí decorrendo o dano moral por ele reclamado, passível de indenização. É entendimento pacífico do Colendo Superior Tribunal de Justiça que nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes o dano moral configura-se in re ipsa, prescindindo de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica” (AgRg no REsp 860.704/DF, Rel. Min. **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**).

No mesmo sentido: REsp. 110.091-MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JÚNIOR**; Resp. nº 196.824, Rel. **CÉSAR ASFOR ROCHA**; REsp. 323.356-SC, Rel. **ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**).

Todavia, o valor da indenização não haverá de ser o proclamado pelo autor, que se afigura excessivo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

À míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica dos litigantes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização pelos danos morais suportados pelo autor em cinco mil reais.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 5.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Torno definitiva a decisão de fl. 17.

Caso o réu não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 30 de maio de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**